

Os faxinais e erva-mate: a incorporação da produção camponesa ao movimento da indústria capitalista

Faxinais and mate production: the incorporation of peasantry production into capitalist development

Marcelo Barreto

Cicilian Luiza Löwen Sahr

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumo: Este trabalho propõe uma forma de compreensão do avanço do capitalismo no campo do Brasil Meridional. Geralmente, o modo de produção capitalista incorpora relações alheias ao seu modo para extrair a renda da terra em forma de mercadoria. Neste caso acontece a monopolização da força de trabalho camponesa. As comunidades de Faxinais representam uma forma de organização camponesa na região da Floresta com Araucária do Paraná, que existia por mais de 200 anos e que era um dos fatores responsáveis pela intensificação da ocupação deste espaço no século XIX. No fim do século XIX e início de XX, a procura pelos ervais nativos que se encontravam no sub-bosque das Araucárias representou a principal fonte de renda para os faxinalenses. Atualmente, a atividade de extração e beneficiamento da erva-mate não tem grande relevância para estes camponeses como em épocas anteriores, pois a indústria ervateira incorporou todo o processo de produção artesanal deixando aos faxinalenses apenas com a tarefa de cuidar dos ervais.

Palavras-chave: Geografia, território, agricultura camponesa, erva-mate, Faxinais.

Abstract: This research tries to understand capitalist expansion into rural areas in Southern Brazil. Usually, capitalist production modes incorporate other forms of agricultural production to extract a land rent from rural goods by monopolizing the rural labor force. For more than 200 years, the faxinal communities in Southern Brazil were based on a traditional agro-forestry-pastoral production mode and, as such, represented a common form of peasant organization in the Araucaria Forest region. The communities have been one of the foremost factors responsible for the intensification of land occupation throughout the 19th century. At the end of the 19th century and in the beginning of the 20th, the search for native mate plants which grow underneath the Araucaria Forest cover represented the main source of income for the Faxinal population. Nowadays, however, the activity of extraction and improvement of mate plants is no longer important, as mate industries have incorporated nearly the complete process of artisan production leaving to the peasant population only the care of the mate plantations.

Key words: Territory, peasant agriculture, mate, Faxinal, Paraná.

INTRODUÇÃO

A cobertura vegetal original que ocupou aproximadamente 40% do Estado do Paraná no período da colonização dos portugueses e espanhóis, mais precisamente em toda a sua porção central, sul e sudeste, corresponde à formação do bioma da Mata Atlântica

conhecido como Floresta Ombrófila Mista. Atualmente, segundo dados do IPARDES (2007), a Floresta Ombrófila Mista apresenta alguns poucos fragmentos remanescentes da vegetação original, na ordem de apenas 0,8%. Esses fragmentos podem ser encontrados nas mesorregiões classificadas pelo IBGE (2004) como Centro-sul e Sudeste paranaense.

A erva-mate (*ilex paraguariensis*, St. Hil.) é uma planta nativa da região compreendida pela Floresta Ombrófila Mista; seu pleno desenvolvimento se dá principalmente no sub-bosque dessa Floresta à sombra do Pinheiro de Araucária. Sua presença em grandes quantidades constitui os ervais nativos. A folha da erva-mate é de grande importância econômica, pois depois de beneficiada ela pode gerar vários produtos comercializáveis no mercado. Entre eles está o mate para o chimarrão, cujo consumo é difundido por todo o Sul do Brasil e países como Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile.

A extração e o beneficiamento da erva-mate são atividades econômicas que perduram no Paraná por mais de dois séculos. Seu período aurífero compreendeu o intervalo de meados do século XIX ao início do XX quando as fazendas de pouso e invernagem do tropeirismo, localizadas nas áreas campestres do estado, passaram a dar lugar às ocupações mais freqüentes nas Florestas.

Como decorrência dessas ocupações e da extração e beneficiamento da folha verde da erva-mate consolidou-se, no interior das Florestas Mistas do Centro-sul e do Sudeste, uma forma de organização camponesa muito específica conhecida como Faxinal. Oriundos de uma classe de agregados das antigas fazendas de criação, pouso e invernagem do período do tropeirismo, esses camponeses, denominados de faxinalenses, passaram a habitar as florestas e a se dedicar à extração e ao beneficiamento primário da erva como fonte de renda para suas famílias juntamente com a policultura e a criação de animais para o consumo próprio.

Atualmente os faxinalenses não praticam mais a extração da erva-mate como fonte de renda principal. O que faz os faxinalenses se constituírem como camponeses na atualidade é o fato de eles seguirem uma lógica marcada por um estilo de vida cuja razão não é a produção de bens materiais voltada diretamente para o mercado. A relação de compadrio estabelecida entre os integrantes de cada comunidade é a característica

fundamental dos povos dos Faxinais, sendo a valorização do ser humano o princípio fundamental nas suas sociedades. A relação dos camponeses faxinalenses com um modo de produção especificamente capitalista, baseado na força de trabalho assalariada e a reprodução do capital como principal objetivo, se estabelece quando estes passam a ser produtores de matéria prima para as indústrias, isto fruto da necessidade de se obter renda complementar para o sustento de suas famílias. No caso, as indústrias que mais aparecem como consumidoras de matérias primas produzidas nos Faxinais são a do fumo e a da erva-mate.

Nesse sentido, objetiva-se compreender como se desenvolve essa relação entre os Faxinais e a indústria do mate com base na monopolização do território pelo capital. Para garantir que o capital se reproduza de forma ampliada, ele incorpora relações não-capitalistas de produção ao seu modo¹. O capital não se territorializa, mas monopoliza o território através da extração da renda da terra e da monopolização da força de trabalho camponesa². Essa forma se evidencia em vários exemplos na agricultura brasileira em terras onde predomina a produção não-capitalista.

A PRODUÇÃO PARA A VIDA E A PRODUÇÃO PARA O CAPITAL

Com suas origens por volta do século XVIII, o Sistema Faxinal é uma forma de organização camponesa que associa o extrativismo vegetal e a policultura para o consumo próprio, tendo o excedente destinado à comercialização. Sua estrutura fundiária interna é dividida basicamente entre os “criadouros comunitários” e as “terras de plantar”. Nos criadouros comunitários a

1 Autores como Shanin (1980), Moura (1986), Martins (1996), Oliveira (1999) e Paulino (2006) defendem a tese de que o camponato, mesmo se reproduzindo de forma não capitalista, recria suas relações no modo capitalista de produção através da monopolização da força de trabalho camponesa.

2 Esta ocorrência se dá mais precisamente no instante da produção da matéria prima.

terra é de propriedade particular, porém o seu uso é coletivo onde todos os integrantes da comunidade podem criar seus animais livremente, sem a presença de cercas que delimitam essas propriedades. Nestas não foi feita a derrubada da floresta e corresponde ao local onde atualmente se encontram os ervais nativos da região. As terras de plantar são usadas individualmente onde se encontram as lavouras que costumam ficar nas imediações dos criadouros comunitários. Essas lavouras que compõe culturas como do milho e do feijão são destinadas ao abastecimento do mercado. Apenas uma parte fica para atender as necessidades da família (alimentação humana e animal).

Essa comercialização do excedente é uma necessidade que o camponês (faxinalense) tem para adquirir utensílios que faltam à sua produção, os quais ele não tem capacidade de produzir no interior do seu estabelecimento, como vestimentas e ferramentas de trabalhos. Portanto, em uma organização camponesa como a dos Faxinais, tudo que se recebe em dinheiro como decorrente da venda de mercadorias (excedente) é trocado novamente em mercadoria para que sejam atendidas as necessidades básicas para a manutenção da vida e da comunidade.

As relações de produção existentes entre os próprios camponeses, sejam eles faxinalenses ou não, se configuram como tipicamente não-capitalistas por duas razões: primeiro porque o trabalho exercido no interior das comunidades não é executado por funcionários assalariados, mas sim por pessoas da mesma família ou da própria comunidade numa relação de compadrio. Segundo, porque o detentor dos meios de produção também é o detentor da força de trabalho empregada no seu próprio meio. Assim, a força de trabalho não aparece como uma mercadoria no sentido capitalista, pois esse detentor dos meios de produção (camponês) não precisa de desprendimento de capital para a contratação de trabalhadores.

O fruto do trabalho camponês aparece como de usufruto do próprio camponês e a troca que ele estabelece com o mundo externo, seja pela

venda e compra de mercadorias, representa uma forma de manutenção da sua condição, sem a necessidade de obter o lucro.

Conforme observado por Paulino (2006, p. 29-30):

Enquanto na agricultura capitalista, a mercadoria primordial dos trabalhadores é a força de trabalho ... nas unidades camponesas a inserção dos trabalhadores não se dá nesses mesmos moldes, pois que o que eles tem a oferecer não é a mercadoria força de trabalho, mas a renda camponesa da terra.

Neste caso, Paulino (2006) se refere ao fato de que o camponês não extraí para si a fração da mais valia correspondente à renda da terra, em outras palavras, não explora o trabalho alheio e deixa esta (renda da terra) para as indústrias quando adquirem seus produtos, estabelecida através de uma relação de troca.

Conforme observado por Oliveira (1997), a produção do capital não é fruto de relações puramente capitalistas. Seja através do capital ou do trabalho assalariado, ela envolve também relações não-capitalistas. “O fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra” (OLIVEIRA, 1997, p. 49).

Apesar da renda da terra ser extraída sob diferentes formas, prevalece no caso que se busca compreender a renda pré-capitalista da terra, mais precisamente aquela extraída em produto. A forma de renda em produto é muito comum na agricultura brasileira, pois é através dela que o capital se apropria da produção camponesa. Tal forma acontece quando as empresas fornecem os insumos para o trabalhador produzir na sua própria terra. Depois este trabalhador devolve para o empresário, em forma de produto (no caso a matéria prima produzida por ele), o capital imobilizado na compra desses insumos, poupando este empresário de comprar terras e também de contratar funcionários além dos da sua fábrica (OLIVEIRA, 1987).

No caso da erva-mate, os ervais se localizam nos Faxinais, além de outras

pequenas propriedades na região. Os ervais são mantidos pelos faxinalenses onde são retiradas as folhas verdes que abastecem as indústrias ervateiras. Esta poda atualmente é realizada pelos “tarefeiros” que são contratados temporariamente pelos atravessadores. Estes atravessadores conduzem a folha verde até a indústria e a indústria paga os mesmos pelo quilo da folha verde posta na porta da fábrica.

Este fato evidencia-se em grande parte dos casos observados em campo. Dentro dessa relação, apenas os camponeses, que cuidam dos ervais, não se reproduzem de forma capitalista através do assalariamento, porém fazem parte de um sistema cujo objetivo é o lucro na forma de capital.

Os Faxinais vêm se reproduzindo através de uma lógica específica (através dos criadouros comunitários e terras de plantar) por mais de 200 anos na região. Porém, na atualidade, este sistema encontra-se fragilizado. Existiram, no Estado do Paraná, pelo menos 152 Faxinais que ocuparam até meados do século XX um quinto do território paranaense (LÖWEN SAHR & CUNHA, 2005). Conforme levantamento realizado por Marques (2004), este número passou para 44 no ano de 2004, envolvendo cerca de 3.000 famílias e uma população de aproximadamente 16.000 pessoas. Chang (1988) aponta para um processo de desintegração devido às pressões de desestruturação dos criadouros comunitários. Dentre os fatores que contribuem para este processo, destaca-se, segundo a autora, o avanço das forças capitalistas no campo através da monocultura; “trata-se da superação de uma forma tradicional por uma mais moderna, mais tecnicizada e racionalizada dentro da lógica de acumulação capitalista” (CHANG, 1988, p. 78).

A redução da área dos criadouros comunitários (causa principal da desarticulação do Sistema) se dá pelo cercamento e venda dessas terras às grandes fazendas que se encontram no entorno. Em alguns casos, o cercamento das terras acaba dando espaço para uma outra finalidade,

alheia à comunidade; às vezes mais próxima de uma realidade urbana do que do campo - conforme observado em visita ao Faxinal Marmeleiro de Cima, no município de Rebouças, onde um lote de terras dentro do criadouro foi comprado por pessoas estranhas à comunidade com a finalidade de se fazer uma chácara de veraneio.

Observa-se, dessa forma, que o capital se expande de duas formas nas terras dos Faxinais: uma forma territorializada, quando as fazendas vizinhas incorporam as terras pertencentes aos criadouros comunitários e acabam destinando-as à monocultura; e outra quando o capital não se territorializa, mas monopoliza o território alheio através da extração da renda da terra e da sujeição da força de trabalho camponesa. Este último caso evidencia-se nos exemplos da erva-mate e do fumo, ambos processos vivenciados pelos Faxinais nas últimas décadas.

A CONSOLIDAÇÃO DE UMA UNIDADE TERRITORIAL NA REGIÃO DA FLORESTA COM ARAUCÁRIA

Só posso, pois, compreender as determinações mais profundas das formas de campesinato que se desenvolveu no Brasil no período colonial e, sobretudo a sua exclusão social, econômica e política, se compreendo que ela se determinava fundamentalmente pelo trabalho escravo e só num segundo plano pela forma de propriedade da terra que decorria da escravidão (MARTINS, 1986, p. 38).

Ao se referir a esta passagem da obra de José de Souza Martins, entende-se que a estrutura social e econômica no Brasil colonial tinha sua base fundamentada na relação senhor-escravo. Quem não fosse senhor, quem não fosse branco de origem portuguesa e quem não fosse escravo estava excluído do processo social no período colonial³. Portanto, uma camada grande de mestiços e índios que havia se formado desde a chegada dos portugueses na América não tinha lugar definido na estrutura

³ Neste sentido, o negro escravo também era um excluído, pois ele era considerado um objeto, uma coisa. Ele fazia parte do quadro social como uma mercadoria, comprada pelo senhor para ser posta para produzir.

agrária que se formava. Outra questão que o autor trata nesta passagem, implícita em seus argumentos, é o fato de que não era na propriedade da terra que a economia colonial se recriava e sim no comércio de escravos. Foi a partir da escravidão que se derivou a forma de propriedade da terra no período colonial e não o contrário. A partir dessa afirmação, procurar-se-á compreender a razão da formação do campesinato nas terras onde por muito tempo se utilizou o trabalho escravo e a formação da estrutura fundiária no Centro-sul paranaense.

Durante o período em que vigorou a concessão de terras para os senhores através das sesmarias, estas só cabiam por lei a quem tivesse o sangue limpo de origem branca portuguesa (MARTINS, 1986). Os demais não podiam ser proprietários e tinham que se conformar com a posição de agregados dos sesmeiros. Esta forma se processou até o ano de 1850, quando caiu o regime de sesmarias e foi instituída a Lei de Terras.

O agregado nada mais era do que um posseiro, que se encontrava na terra antes de ela ser requerida por alguém. Quando chegava um senhor e se dizia proprietário de uma determinada porção de terras onde se encontravam alguns posseiros, estabelecia-se uma relação de troca entre ambos. Esta relação se processou de diferentes formas Brasil. Nas Fazendas de Café do Vale do Paraíba, por exemplo, esses posseiros trabalhavam na abertura da mata para o plantio dos cafezais, em troca recebiam o direito de plantar e habitar as terras pertencentes aos senhores. Já na Zona da Mata Nordestina, eles trabalhavam mais na roça produzindo gêneros agrícolas tanto para o próprio consumo como para o consumo do senhor (MARTINS, 1986).

Também na região dos Campos Gerais do Paraná constituíram-se as fazendas de pouso e internagem das tropas durante os séculos XVIII e XIX, semelhantes às fazendas de café do Vale do Paraíba e aos engenhos de cana-de-acúcar da Zona da Mata Nordestina. Estas se configuravam como grandes propriedades que se estendiam pelos campos e também

incorporavam algumas porções das florestas do Centro-sul.

Conforme demonstra Chang (1988), havia três classes de trabalhadores dentro da estrutura social dessas fazendas: uma formada por trabalhadores escravos ligados diretamente à produção; outra composta por uma população livre estabelecida nos campos em pequenas propriedades voltadas para a produção de gêneros alimentícios ao lado dos latifúndios e uma terceira formada por agregados das grandes fazendas que não eram proprietários de nenhuma terra.

Estes agregados viviam da produção de gêneros alimentícios. Chang (1988, p. 21) chega a classificá-los como:

famílias pobres mais ou menos independentes, que se agregavam às fazendas. Formavam suas moradas em lugares convenientes e trabalhavam na terra por contratos verbais de foro ou parceria agrícola.

Essa categoria classificada por Chang (1988) representava a maioria da força de trabalho empregada na coleta da erva que se encontrava nas florestas. Os agregados não tinham o trabalho nas fazendas de gado como fonte principal de sobrevivência; eles recorriam às fazendas no período de entre safra da folha verde, o que lhes garantiam a renda complementar.

No fim do século XIX e início do XX, intensificou-se a imigração no Paraná. Os imigrantes poloneses foram os que mais se concentraram nas regiões ervateiras e acabaram incorporando entre suas atividades a extração da erva-mate, principalmente na região do Vale do rio Iguaçu (CHANG, 1988).

Após saldarem as suas dívidas com a vinda para o Brasil, estes acumulavam dinheiro com a venda de excedentes e aplicavam na compra de mais terras como uma forma de garantir a sua reprodução. A terra representava para estes imigrantes uma forma de ascensão econômica. O imigrante trazia consigo, da sua terra de origem esta sede por terras que se materializava na sua forma de viver e de produzir por aqui. Essa racionalidade criou

um certo choque com os brasileiros que se encontravam nesta região, pois os poloneses tinham o hábito de cercar as terras adquiridas. No caso das comunidades caboclas já existentes, que mantinham suas crias à solta, a presença da cerca se tornava um motivo para certo desentendimento por parte de ambos, pois as crias geralmente atravessavam as mesmas. As cercas então passaram a abranger não somente a propriedade particular, mas propriedades contíguas para que as crias pudessem permanecer cercadas, porém, em um espaço muito maior. O que se configurava como uma forma de criadouro comunitário na época (CHANG, 1988).

Por outro lado, Chang (1988) entende também que a origem do *criadouro comunitário* está intimamente ligada à presença dos ervais. Muitos camponeses consorciavam a extração da erva-mate com a pecuária, pois a cria ajudava no pasto da área, o que poupava o trabalhador na hora de fazer o roçado. Com o incremento da agricultura houve a necessidade de cercar esses animais, porém mantê-los à solta. Dessa forma, as cercas que se constituíram não delimitavam as propriedades dentro da floresta, o que acabava abrangendo terras contíguas dentro de uma mesma localidade. A construção e a manutenção das cercas eram tarefas de todos os membros da localidade em que cada um era responsável pela parte da cerca que correspondia à sua parcela de terra.

O criadouro aparecia como uma grande vantagem. Primeiro porque, apesar da propriedade ser particular, seu uso para a atividade criatória era comum; apenas no caso dos ervais, este era particular. Outra vantagem era que pelo fato de as cercas serem construídas coletivamente, configurava-se dentro das comunidades um princípio de solidariedade, fundada sobre interesses mútuos.

O criadouro comunitário era então sustentado em três pontos: a propriedade da terra, a construção da cerca e o zelo da mesma. Configurava-se uma forma de renda não-capitalista da terra no interior

do criadouro comunitário, pois no caso dos que não possuíam terras dentro do criadouro, estes acabavam vendendo a sua força de trabalho aos proprietários em troca de poderem manter seus animais à solta. A posição deste grupo (dos trabalhadores sem terra) era de comprar o direito de criar animais com venda da força de trabalho. Para os grandes fazendeiros, não havia a necessidade de imobilizar capital, pois a terra eles já tinham e a sua inclusão no criadouro possibilitava o consórcio da extração do mate com a pecuária. O material necessário para a construção das cercas também provinha de suas terras, não implicando assim em custos monetários para a compra de materiais. A mão-de-obra necessária para a poda da erva provinha da própria localidade composta por uma reserva de trabalhadores que ficavam nas proximidades da fazenda.

Assim Chang (1988, p. 39) demonstra que:

a sazonalidade da extração do mate não permitia ao fazendeiro custear trabalhadores permanentes. Era necessário que estes se auto-sustentassem durante os meses de entressafra da erva com alguma atividade de subsistência. Pelo fato do corte da erva requerer muitos trabalhadores, a manutenção das pequenas unidades de subsistência, nas imediações, constituía para os fazendeiros uma garantia de oferta de força de trabalho nos períodos de corte da erva, a fim de poder transformar este recurso natural em mercadoria.

A erva-mate se constituía num produto de caráter extrativo, não requeria desprendimento de capitais, nem para a formação do erval, nem para a derrubada da mata como requeria o café, por exemplo. Dessa forma, a distinção entre as classes que usufruíam os ervais era condicionada estritamente à propriedade da terra. Percebe-se que o acesso a terra era condição fundamental para deter os meios de produção nesta atividade.

O emprego da força de trabalho familiar na poda e no beneficiamento da erva (cancheamento) levava à diferenciação entre os pequenos proprietários. Alguns se capitalizavam com o comércio da erva e compravam mais terras. Este fato possibilitava

que eles incorporassem a força de trabalho de agregados e camaradas além da familiar, porém ainda se enquadravam na categoria de unidades familiares de produção.

O fato de as florestas do Centro-sul presenciar maior número de pequenas propriedades, se comparado às fazendas tropeiras dos Campos Gerais, não significava, porém, que estes estabelecimentos constituíam a única forma de ocupação nesta região. Nas florestas também existiram os latifúndios com a estrutura interna marcada pela relação senhor-agregado. Neste sentido, Chang (1988, p. 20) demonstra:

Estes fazendeiros ou seus ascendentes requeriam a concessão da posse de grandes extensões de terra, através da lei de sesmarias. Parte deles era gente que lidava com gado e internava as tropas de passagem pelas matas. A partir da metade do século passado (século XIX), quando ocorria a inflexão da atividade ervateira sobre a pecuária, as fazendas passaram aos poucos a dedicar-se à extração do mate, para a qual eram naturalmente privilegiadas.

Essa relação entre o senhor e o agregado se consubstanciava no sentido em que a sazonalidade do corte da erva permitia a não contratação de trabalhadores permanentes. Os agregados realizavam a poda. No período de entressafra, estes tinham a tarefa de fazer o roçado. Em troca os agregados recebiam do senhor o direito de habitar a sua propriedade.

Nos períodos da poda, famílias inteiras de agregados dirigiam-se aos ervais. Muitos levavam todos os utensílios necessários para permanecer nos ervais por dias. Eles faziam a poda, abriam a clareira no mato para acondicionar as folhas podadas e montavam o carijo para fazer o sapeco (secagem preliminar das folhas). Após o término do serviço naquele erval, a família recebia pelo quilo do feixe produzido e dirigiam-se a outro erval para realizar o mesmo procedimento.

Outra relação que também se constituía nas grandes propriedades era por empreitada. Toda a produção, desde a poda até o cancheamento, era feita no interior da propriedade por

terceiros e o fazendeiro ficava com uma percentagem da produção. Nesta forma, o fazendeiro não fazia nada e transferia toda a responsabilidade da produção ao empreiteiro. O empreiteiro trabalhava assim, ou com a sua família ou com camaradas contratados.

Os proprietários das grandes fazendas podiam extrair duas formas de renda: aquela paga em espécie por parte dos agregados e a renda da extração da erva-mate nos períodos da safra. Porém, a extração do mate era a fonte principal dentro da grande propriedade no período do auge da produção. A agricultura em pequena escala era uma fonte secundária.

A estrutura fundiária que se formou no interior das Matas Mistas do Centro-sul esteve intimamente ligada às grandes fazendas dos Campos Gerais. Tanto os agregados como os imigrantes, que trabalharam diretamente com a extração da folha verde do mate reforçaram uma estrutura agrária já existente e que havia se processado nas diferentes regiões do país baseada na relação latifúndio-minifúndio. Porém, essa relação aconteceu de forma única nas Florestas do Centro-sul – apesar de ter havido grandes fazendas nesta região houve também uma concentração de pequenas propriedades que se formaram com a atividade ervateira e a vinda do imigrante.

O SISTEMA PRODUTIVO DA ERVA-MATE NA REGIÃO DA FLORESTA COM ARAUCÁRIA: TRANSFORMAÇÕES NA ATUALIDADE

No ano de 2004, o Estado do Paraná produziu 403.281 toneladas de erva-mate (IBGE, 2004), sendo o segundo maior produtor de erva-mate do país; perdendo apenas para o Rio Grande do Sul. É, todavia, no Paraná que se encontram os ervais nativos, os quais garantem qualidade ao produto final depois de beneficiado. Tal fato tem sua relevância justificada pela presença - em território paranaense - de unidades industriais pertencentes a empresas ervateiras do Rio Grande do Sul.

A região da Floresta com Araucária do

Paraná é responsável pela maior parte da produção de folha verde no Estado. Buscando aproximar-se desta realidade, realizou-se o trabalho de campo junto aos municípios de Rebouças, São Mateus do Sul, Fernandes Pinheiro e Irati.

Este trabalho consistiu em visitas e entrevistas, tanto nos Faxinais como nas indústrias ervateiras. Nas entrevistas com os faxinalenses objetivou-se compreender o sistema produtivo da erva-mate numa perspectiva temporal (como era esse trabalho há vinte anos atrás e como é hoje). As comunidades escolhidas foram os Faxinais Marmeleiro de Cima e Marmeleiro de Baixo em Rebouças. Ao todo foram entrevistadas 12 (doze) famílias que produzem erva-mate entre outros gêneros agrícolas como o feijão e o milho.

Quanto às indústrias ervateiras, foram feitas entrevistas com os responsáveis pelas instalações e visitas às linhas de produção. Foram visitadas 06 (seis) empresas nos municípios de Fernandes Pinheiro, Irati, Rebouças e São Mateus do Sul. Procurou-se nas entrevistas delimitar o raio de atuação dessas empresas no que tange à aquisição da matéria prima – se a negociação era direta com os produtores, se haviam atravessadores ou se a própria indústria enviava suas equipes para realizar a poda nas pequenas propriedades. Procurou-se também verificar quais atividades de beneficiamento (cancheamento, moagem ou ambos) que se faziam no interior das instalações e a origem da empresa⁴.

A poda da folha verde geralmente é realizada de julho a setembro. Às vezes é feita a safrinha no mês de dezembro. Conforme observado nas entrevistas, os faxinalenses atualmente não mais realizam a poda. Os atravessadores com suas equipes

próprias - constituídas por tarefeiros – pagam para retirar as folhas verdes de seus ervais. Em alguns casos, a própria indústria tem suas equipes

próprias para realizar este serviço. Depois de podada, cada planta necessita de um período de três anos para se reconstituir, porém, conforme a pressão que as indústrias fazem e a necessidade do produtor este tempo encurta-se para dois anos.

Antes das indústrias ervateiras intensificarem suas atividades na região (até a década de 1980), percebeu-se que tanto a poda como o cancheamento eram tarefas realizadas dentro dos próprios Faxinais. Trabalhava-se num período anual de dois meses para entregar o produto erva-mate cancheada nas cooperativas tanto em Rebouças como em São Mateus do Sul. Todos cancheavam a erva de forma artesanal em pequenas construções chamadas barbaquás (FOTO 01) organizados em torno do puxirão, onde um ajudava o outro na divisão das tarefas.

Dentre um dos entrevistados encontra-se o Sr. Acir Túlio que ainda produz erva-mate cancheada em sua propriedade e com barbaquá próprio. Na época da entrevista, o Sr. Acir era representante da comunidade do Faxinal Marmeleiro de Baixo e atualmente tem procurado diversificar a sua produção com o cultivo de gêneros agrícolas dentro dos moldes da agroecologia em a utilização de agrotóxicos.

Antigamente fazia-se o cancheamento, enviava para a cooperativa que fazia a moagem e depois a cooperativa enviava para Curitiba. Essa cooperativa em São Mateus faliu em 1985. A de Rebouças faliu em 1978. A de Rebouças faliu porque comprou muita erva e fechou o mercado de exportação. A partir daí os compradores (atravessadores) começaram a levar para Curitiba e São Mateus. As ervateiras quando vieram pra cá começaram comprando erva cancheada. Depois pararam. A partir daí o produtor começou a pensar que fazer erva cancheada não valia mais a pena (TÚLIO, 2006).

⁴ A produção da erva-mate envolve três fases principais até o produto final: a poda, o beneficiamento primário (cancheamento) e o beneficiamento secundário (moagem) na qual participam três atores distintos: o produtor, o atravessador e a indústria (FIGURA 01). Em cada fase da produção agrega-se mais valor ao produto. Conforme se beneficia a matéria prima, aumenta não só a quantidade de trabalho empregada nela, mas também investimentos por parte das indústrias, além do frete.

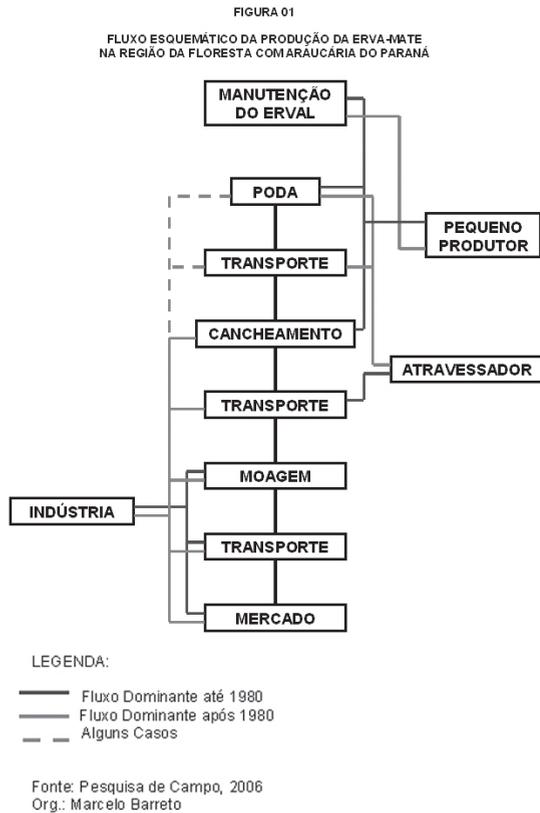


FOTO 01: Barbaquá⁵ inativo no Faxinal Marmeleiro de Baixo
Fonte: Marcelo Barreto, 2006.

As cooperativas, tanto em São Mateus como em Rebouças, apareceram como uma resposta à crise da erva-mate que atingiu o Estado a partir da década de 1930. O aumento da produção na Argentina fez com que engenhos em Curitiba parassem de adquirir a matéria prima dos produtores.

A folha verde, quando cortada pelo atravessador ou pela indústria, representa

uma forma de renda fácil, pois os gastos com a manutenção do erval são ínfimos. Dessa forma, percebe-se que a maior parte da renda que essa produção gera acaba indo para a indústria.

Com a folha verde é mais fácil: hoje você está com a erva no pé, no fim da semana você está com o dinheiro no bolso – só que a metade do lucro fica para a ervateira. É dinheiro mais rápido, mas por outro lado o produtor não está tendo o lucro. E tira a mão-de-obra da comunidade. O dinheiro não fica para a comunidade (TÚLIO, 2006).

Cada família entrevistada produzia em média 1.000 kg de folha verde por ano. Na época da entrevista (julho de 2006), essa folha verde era vendida para os atravessadores a 30 centavos o quilo. Se a poda ficava por conta do camponês esse valor subia para 38 centavos. Essa folha verde, na porta da indústria, era vendida a 48 centavos o quilo. Dentre as 12 famílias entrevistadas, apenas uma ainda produzia folha cancheada, a qual era vendida a 2 reais o quilo. Segundo informações adquiridas no Faxinal Marmeleiro de Baixo, são necessários 5 quilos de folha verde para se fazer 2 quilos de folha cancheada.

As indústrias, ao receberem a folha verde, fazem imediatamente o beneficiamento, pois a folha depois de podada não pode ficar parada mais de um dia. Dessa forma ela é primeiramente secada em carijos industriais (FOTO 02), posteriormente passa por um processo de secagem mais lenta (três horas) nas estufas e depois é cancheada.



FOTO 02: Carijo Industrial
Fonte: Marcelo Barreto, 2006.

Conforme observado, cada empresa tem um comportamento diferente quanto à forma locacional no processo de beneficiamento, porém todas elas fazem o mesmo produto – mate para chimarrão.

Grande parte das indústrias localizadas em São Mateus do Sul é originária do Rio Grande do Sul, cujas matrizes localizam-se no interior deste estado. Dessa forma toda matéria prima adquirida é cancheada no Paraná e depois segue para o Rio Grande do Sul para a moagem.

Uma das empresas pesquisadas, além de realizar o beneficiamento da erva-mate, trabalha com fomento. Esta possui corpo técnico especializado para a produção de mudas, controle de pragas e melhoramento dos ervais. As sementes são colhidas junto às pequenas propriedades de fornecedores da folha verde. Durante 18 meses elas passam por um processo de desenvolvimento nos viveiros (FOTO 03) que se localizam próximos à fábrica e depois são devolvidas na forma de mudas para serem plantadas. Os investimentos nesse processo são em criar tecnologias para adequar o erval à demanda da empresa.

Conforme explicitado, o investimento é da empresa, porém os custos são de quem vai cuidar da planta. Muitos não têm como pagar a vista pela aquisição dessas mudas, o que leva contratualmente a pagar este valor em folha verde quando obtiver a primeira safra. A procura pelas mudas é grande e esta empresa pretende ampliar suas atividades no ramo de mudas. A justificativa é de que os ervais nativos estão exaurindo e se não houver cuidados especiais com a manutenção dos mesmos, a matéria prima para a indústria ervateira pode acabar.



FOTO 03: Viveiro de Erva Mate
Fonte: Marcelo Barreto, 2006.

A intenção da empresa é de ampliar a produção da matéria prima para poder sustentar a atividade industrial futuramente. Neste sentido, pretende-se garantir o fornecimento da matéria prima através de parcerias com pequenas indústrias montadas próximo aos ervais. Essas indústrias realizariam o cancheamento e depois repassariam para a unidade maior de produção.

Dessa forma garante-se não só a qualidade da matéria prima com a produção de mudas e a manutenção do erval, mas também a quantidade através das parcerias feitas com as pequenas indústrias.

Atualmente, não existe um contrato que limita os camponeses a fornecer a folha verde para as grandes indústrias, exceto nos casos da compra de mudas e quando há um adiantamento para a venda da folha. Porém, quando forem montadas essas pequenas unidades industriais pretende-se estabelecer uma relação entre produtor e indústria baseada em cláusulas contratuais.

Esse investimento feito por algumas empresas para garantir o fornecimento da matéria prima representa a expansão da frente de atuação. Tanto o aprimoramento nas técnicas de produção de mudas como a instalação de novas unidades industriais e as parcerias são a materialização da necessidade que o capital industrial tem de não ficar estagnado e sim ampliar a sua reprodução em locais onde não predomina o modo de produção capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção da erva-mate no Paraná ao longo de sua história passou por dois momentos significativos e atualmente passa pelo terceiro. O primeiro foi quando os engenhos se encontravam no litoral, em Paranaguá e Antonina. Nessa época, a poda e o cancheamento eram realizados pelos camponeses nas florestas. Depois de cancheada a erva descia a Serra da Graciosa em lombos de mulas para serem beneficiadas e embarcadas para os países platinos. No segundo momento, os engenhos subiram a Serra da Graciosa e se instalaram nos arredores de Curitiba. Co

nforme observado, esta fase foi marcada por inovações tecnológicas no beneficiamento do produto, e pela incorporação do trem e do barco a vapor no transporte. Porém, o cancheamento ainda era feito pelos camponeses. Atualmente, essas indústrias avançaram para o interior instalando-se próximo à matéria prima e incorporaram ao processo industrial a fase do cancheamento, dispensando assim os camponeses dessa tarefa e também da realização da poda.

Quando os faxinalenses produziam a erva cancheada, esta era para abastecer uma cooperativa que os representava no mercado ervateiro em Curitiba. A erva-mate cancheada se configurava em um produto manufaturado dentro de relações cujo objetivo não era a busca do lucro, mas sim a manutenção da vida enquanto camponeses.

Com a incorporação do cancheamento ao processo industrial, os faxinalenses passaram a produzir para as indústrias, não para alguém que os representasse. O trabalho que antes era livre e cuja produção retornava para as mãos do produtor, seja em forma de mercadoria ou em forma de dinheiro, passou a ser incorporado à escala industrial, envolvendo linha de produção e ampliação de capital.

Como é observado na erva-mate atualmente, o camponês não dedica exclusivamente a sua força de trabalho à indústria e sim o contrário; a indústria é que tira esse trabalho do camponês. O mecanismo de monopolização dessa força de trabalho opera no seu sentido inverso, porém, não deixar de se caracterizar como tal. Isso porque os camponeses não se recriam trabalhando em apenas uma única atividade, mas sim em várias; plantando e colhendo o fruto que a terra tem para lhes oferecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHANG, M. Y. Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná. In: IAPAR, **Boletim Técnico**. Londrina, 1988. 119p.

IBGE. **Censo Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IPARDES. **Estado do Paraná: classificação da cobertura vegetal original**. Curitiba: IPARDES, 2007.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1986.

_____. **O Cativo da Terra**. 6a. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 157p.

LÖWEN SAHR, C. L.; CUNHA, L. A. G. O Significado Social e Ecológico dos Faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da Mata com Araucária do Paraná. In: **Revista Emancipação**. Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 89-104, 2005.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986. 78p.

OLIVEIRA, A. U. Renda da Terra Pré-capitalista. In: **Orientação**. São Paulo, n° 07, pp. 77-79, 1986.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 3a. ed. São Paulo: Contexto, 1997. 164p.

_____. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. pp. 63-107.

_____. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: EDUNESP, 2006.

SHANIN, T. A Definição de Camponês, Conceituações e Desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Estudos CEBRAP**, Petrópolis, n° 26, pp. 43-79, 1980.

TÚLIO, A. **Entrevista sobre a Produção da Erva-mate nas Comunidades Faxinalenses** (jul. 2006). Entrevistador: Marcelo Barreto. Rebouç: Faxinal Marmeleiro de Baixo, 2006. Arquivo mp3. Entrevista cedida por ocasião do trabalho de campo realizado nos Faxinais Marmeleiro de Cima e Marmeleiro de Baixo em 16/07/2006.

(Recebido em 20/02/2007 e aceito para publicação em 19/07/2007)

